

# Vida Funcional e sustentabilidade de si

Rogério da Costa

E contra esse poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre que ele investe – isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo. (...) o que é reivindicado e serve de objeto é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível.

*Michel Foucault. A Vontade de Saber*

## Introdução

Esse artigo trata das intervenções sobre as condutas humanas que decorrem do debate em torno da noção de *sustentabilidade econômica e sócio-ambiental*, intervenções essas que têm origem nas ações e retórica do sistema produtivo em geral, na agenda do governo e na veiculação dos discursos de ambos na mídia. Procura-se ressaltar como se desenha hoje, dentro do espectro da sustentabilidade, um conjunto de práticas de si voltadas para a conduta individual na esfera da alimentação e saúde, portanto no âmbito dos discursos de “uma vida melhor”, resultantes de políticas específicas que buscam a manutenção do modelo atual do neocapitalismo.

No debate que se instalou, nessas duas últimas décadas, sobre desenvolvimento sustentável e as críticas a um tipo de crescimento econômico sem compromisso com a preservação de recursos naturais, é possível perceber como esse conceito, o de sustentabilidade, teve seu sentido ampliado para além dos domínios do desenvolvimento econômico. Evidente que as discussões sobre a definição de desenvolvimento sustentável sempre abarcaram o social, o ambiental e o econômico. Tratava-se de responder, desde os anos de 1980, à pergunta: como um desenvolvimento pode ser sustentável do ponto de vista econômico, preservando ao mesmo tempo os recursos do planeta, gerando menos poluentes, produzindo com menor desperdício e, simultaneamente, contribuindo para a redução de desigualdades sociais?

Ocorre que na esteira dessas indagações, uma espécie de *dobra* se produziu em torno do problema da sustentabilidade. Tal noção passou a ser entendida não

apenas sob o ângulo do meio ambiente, da poluição, do desperdício gerado pela produção industrial, mas igualmente sob o ângulo da *vida nela mesma* e de suas condições: como pensar uma vida sustentável? Ao crescente questionamento das ações do sistema produtivo danosas ao meio ambiente, seguiu-se uma série de indagações e denúncias de um modelo de produção industrial que ameaçava a vida diretamente. E não apenas a vida biológica, mas também a vida subjetiva. Assim, promovida pela discussão sobre o que reservamos para nossas gerações futuras, nos deparamos com perguntas sobre quais possibilidades de vida terão nossos descendentes, quais recursos restarão para que possam prosseguir com suas vidas, que mundo deixaremos para os que virão. Esse tipo de indagação acabou conduzindo, para além do debate sobre desenvolvimento sustentável dentro do campo econômico, a uma discussão mais ampla, sobre que *tipo de sociedade* pode ser sustentável. Já que ela deve levar em conta não apenas a dimensão ambiental e de igualdade social, mas também a maneira como o modelo econômico pode intervir na própria *forma de vida* que temos e, simultaneamente, na forma de sociedade e de vida política que desejamos construir hoje.

Houve, portanto, uma espécie de aprofundamento do problema, que se inicia como um discurso “verde”, de restauração e preservação do planeta, depois avança para os problemas de natureza socioeconômicos e, finalmente, passa a questionar os efeitos do sistema produtivo sobre a própria vida, a condição da vida nela mesma. Nesse ponto encontramos uma série de questionamentos sobre a natureza dos produtos que consumimos, a constituição química de suas embalagens, seus efeitos danosos à saúde, bem como sobre o ar que respiramos, e a água que bebemos etc. Esse tipo de discussão acaba gerando uma reação do sistema produtivo industrial, que na luta por se preservar, acaba tomando caminhos que, em aparência inovadores, resultam de uma forte política de intervenção sobre as condutas humanas, reforçando o que se convencionou chamar de dispositivos de biopolítica.

## **O consumo corrosivo da vida**

Não somente o planeta e seus recursos têm sido consumidos pelo sistema produtivo que se consolidou no século XIX, mas também a vida dos seres humanos. No auge da industrialização, a força dos operários era consumida num ritmo de doze a dezesseis horas por dia. O corpo e sua condição física eram objeto de extração de energia, que se juntava aos fornos, maquinarias e pátios industriais do capitalismo nascente. Mas em meados do século XX, uma nova forma de capitalismo começou a se desenhar. Desde os anos de 1960, quando o economista neoliberal, o prêmio Nobel Gary Becker, publica seus primeiros artigos sobre o conceito de capital humano<sup>1</sup>, é possível constatar que uma nova força de trabalho já começava a ocupar o lugar dos braços dos operários. Trata-se da valorização crescente dos conhecimentos,

---

1 cf. Becker, G. *Investment in Human Capital: A theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Nova York: National Bureau of Economic Research, 1964.

da comunicação e do manejo das informações como forma de capital dos indivíduos, que agora usam seus cérebros para trabalhar. Michel Foucault, em seu curso de 1978, intitulado “O nascimento da biopolítica”, analisa o artigo de Becker, “Investment in human capital”, e mostra que a noção de capital humano relacionava-se diretamente com a ideia econômica de que o indivíduo possui riquezas que são para ele como seu capital próprio, e que ele deve decidir sobre a melhor forma de investi-lo.<sup>2</sup> Foucault mostra, igualmente, que estamos, nesse momento, diante de uma reflexão que se distancia das análises tradicionais do marxismo, pois agora cada indivíduo é visto como um potencial empreendedor, já que decide sobre a forma de investir seu próprio capital, no caso, seus conhecimentos e também, muito importante, seu tempo. A definição sobre o campo da economia, dada por Becker, é exemplar: o estudo das *decisões* dos indivíduos sobre como investir seus recursos para fins que são concorrentes. O foco das análises econômicas, então, deixava de ser exclusivamente a estrutura da economia como um conjunto de processos que inclui o investidor, o capital material e financeiro, os trabalhadores etc., e passava a ter o indivíduo, e sua própria condição de decisão, como objeto de estudo; o indivíduo diante da percepção que tem de si mesmo como possuidor de recursos que podem ser empregados de forma diversa. Pode-se dizer que esse teria sido o ponto de partida da então futura *economia do conhecimento*, que acarretou, por sua vez, a conversão da compreensão de nossa sociedade em *sociedade do conhecimento e da informação*.

Deve-se acrescentar a essa história ainda um outro elemento. Por volta dos anos de 1980 tem início uma série de estudos sobre a noção de capital social e de redes sociais. Se o capital humano apontava para a necessidade de se investir na formação e educação dos indivíduos, já que seus conhecimentos representavam riquezas promotoras de desenvolvimento, a noção de capital social e de redes sociais apontava diretamente para as *relações sociais* desses indivíduos que constituiriam, igualmente, um capital. Como afirma Nan Lin, no prefácio de seu livro intitulado *Capital Social*, a sociologia seria o estudo das *escolhas nas relações sociais*.<sup>3</sup> Então, da mesma forma que a economia era definida como as *escolhas* dos indivíduos sobre a aplicação de seus *recursos* próprios, a sociologia trataria da forma como esses mesmos atores são motivados a engajar outros atores, a fim de acessar os *recursos* desses últimos com o propósito de obter melhores resultados em suas próprias ações. Ou seja, como explorar da melhor maneira possível os *recursos* de uma rede social, rede social essa que significa o capital social de cada um. Não há dúvidas de que, nesse caso, a sociologia passa a seguir a economia.

O que colaborou, portanto, na consolidação das noções de *economia do conhecimento*, *sociedade do conhecimento* e, mais recentemente, *sociedade em*

2 cf. Foucault, M. *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

3 cf. Lin, N. *Social Capital: A Theory of Social Structure and Action*. New York: Cambridge University Press, 2001.

*rede*<sup>4</sup>, teria sido, em boa medida, a convergência dos conceitos de capital humano e capital social, que Lin denomina de *neocapitalismo*: os conhecimentos dos indivíduos (seu capital humano) e sua rede social (seu capital social) que lhes fornecem mais recursos em termos de conhecimentos e informações. A Internet, como ferramenta global de comunicação, emerge como meio ideal de investimento, para cada indivíduo, simultaneamente de seu capital humano e como possibilidade de expansão de suas redes sociais.

Percebe-se, assim, que vivemos a transição de um sistema que consumia a vida em sua energia corporal (o operário de fábrica sendo, aqui, o modelo), para um sistema que a consome do ponto de vista mental e de suas relações sociais. É a energia mental e social que, hoje, alimenta a produção em geral. Mas nem por isso o corpo deixou de ser objeto de apropriação, só que de uma outra forma. Agora ele é um dos focos privilegiados de consumo, pois, como correlato da noção de capital humano, emerge a ideia de um *capital corpo*, *capital saúde*. Os indivíduos passam, portanto, a calcular e raciocinar sobre custos e benefícios do que consomem, do ponto de vista de seu capital corpo. Sua saúde passa a ser objeto de investimento, e é assim que são induzidos a pensar e refletir sobre o que consomem, como uma forma de investimento em si mesmos, em sua própria vida.

Essa *dobra* na noção de capital, em que passamos do corpo como máquina explorada ao corpo como objeto de investimento (tendo como mediação a ideia de capital humano), é que opera a *conversão* da noção de sustentabilidade econômica e socioambiental para a de sustentabilidade da vida. Cabe lembrar, mais uma vez, que a ideia de desenvolvimento sustentável sempre esteve associada aos problemas da economia, de como a produtividade pode se manter, mas agredindo menos o meio ambiente, extraíndo dele os recursos de forma racional, gerando menos poluentes, e, também, reciclando, reduzindo o lixo etc. Do ponto de vista social, falar em redução das desigualdades é ainda falar no campo da economia, portanto da distribuição de renda, de oportunidades etc. Então, o discurso do desenvolvimento sustentável refere-se ao meio ambiente e ao social sob o ângulo do sistema produtivo, de como esse sistema pode ser menos agressivo ao planeta e à sociedade sem, contudo, deixar de ser produtivo. Mas quando falamos de uma *dobra* da sustentabilidade, estamos afirmando que o ângulo de visão mudou, e que é a partir da ideia de *vida* que se percebe o meio ambiente, o social e, agora, o corpo. Isso não quer dizer que a economia estará ausente dessa dobra, de forma alguma. Todavia, a maneira como ela se apresentará aqui é outra, de outra ordem, pois estará ligada às estratégias de um poder sobre a vida (biopoder), associada a dispositivos de intervenção nas condutas dos indivíduos, promovendo novas formas de subjetividade.

Talvez seja a essas estratégias que devemos chamar de *bioeconomia*, hoje definida como o campo de aplicações das biotecnologias que podem contri-

---

4 Castells, M. *The rise of network society. The Information Age: Economy, Society and Culture*, v. 1. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1996.

buir para reduzir a emissão de poluentes (aquecimento global), passando pela inovação nos remédios (saúde das populações), até as modificações genéticas no setor da agricultura, no qual pretende ampliar a quantidade e alterar a qualidade dos alimentos em geral (crescimento demográfico). No entanto, para além desse campo das manipulações genéticas de vegetais e animais com fins produtivos que marcam o conceito de bioeconomia — é pela dobra da sustentabilidade que passamos a entendê-lo como o conjunto de estratégias específicas de uma economia que por objeto a vida e suas condutas de consumo, de satisfação, de prazer, de gosto e de saúde. Ou seja, todo o campo de condutas em que o indivíduo é levado a refletir sobre sua relação a si, sobre a forma como deve decidir, sobre as escolhas que afetam seu próprio corpo, sua própria vida, seus gostos e desejos. Enfim, todo o campo que exige dos indivíduos um cálculo, um raciocínio a respeito de como agir em função de algo que o afetará diretamente. E esses cálculos, esses raciocínios, esses momentos em que deve escolher e decidir, em que hesita sobre aquilo que pode afetá-lo positiva ou negativamente, são como os momentos de resistência àquilo que, na verdade, o consome de forma corrosiva, o força a escolher e decidir, pois que, de fato, é sua própria vida que está sendo consumida, é sua própria vitalidade que está servindo como objeto de investimento de uma bioeconomia.

A dobra da sustentabilidade passa a tratar, portanto, das formas como a vida pode se manifestar de modo sustentável em sua relação com o sistema de produção, ou seja: *quais condutas nos indivíduos seriam adequadas a um desenvolvimento sustentável?* Essa preocupação está, inclusive, destacada como um capítulo no relatório da OECD *The Bioeconomy to 2030*, intitulado “Atitudes Sociais”. Mas esse investimento nas condutas individuais pode se dar em pelo menos duas dimensões. Em primeiro lugar, quando se entende em relação ao que se propaga de maneira mais midiática, como redução do consumo de água, utilizar menos o automóvel, economia de energia, tais ações significando uma intervenção nas condutas de cada um, em suas escolhas, hábitos e rotinas. Mas também, em segundo lugar, naquilo que se consome e que afeta sua vida, os alimentos, suas embalagens, o ar que se respira, os remédios, as roupas etc., e também requer formas de intervenção nas condutas e maneiras de viver de cada um. Porém, essa segunda dimensão, que faz pensar sobre o que se consome, e não mais sobre uma ação no fora, no meio ambiente, acaba por despertar o elemento do *risco para a vida*, e agora não mais a vida em geral, a vida no planeta, mas a vida de cada um, sua própria vida. É aquilo que se consome que pode afetar negativamente sua vida, seu capital saúde, seu corpo.

### **Da corrosão ao risco da vida**

Ocorre que, do ponto de vista do corpo, temos uma série de fatores decorrentes das atividades de produção industrial que implicam em risco para a vida. A qualidade dos alimentos, por exemplo, é hoje foco de intensa discussão não apenas por organismos da sociedade civil, como ONGs e associações dos mais

diversos gêneros, mas também pelas agências governamentais de regulação e agências internacionais, como a *FDA* americana e a *European Food Safety Authority* europeia. No Brasil, a Anvisa cumpre esse papel. Sabe-se, por exemplo, que o setor do agronegócio gerou 6,6 bilhões de dólares em vendas de defensivos agrícolas no mercado brasileiro, em 2009.<sup>5</sup> Sabe-se, igualmente, que o agrotóxico endossulfan – considerado altamente tóxico e associado a problemas reprodutivos e do sistema endócrino – será banido do país apenas em 2013. Esse produto, que já foi banido em quarenta e cinco países, faz parte de uma lista de quatorze agrotóxicos submetidos à reavaliação pela Anvisa, devido a suspeitas de associação com problemas graves de saúde. O primeiro produto a ser proibido foi a cihexatina, empregado na citricultura. O problema é que o Brasil se tornou um dos principais destinos de produtos banidos em outros países. O endossulfan, por exemplo, é usado no cultivo de algodão, cacau, café, cana-de-açúcar e soja. Mas a Anvisa identificou a presença do produto em quatorze de vinte culturas analisadas. Em nenhuma delas o uso do endossulfan era permitido.

Outra discussão que mobiliza as atenções diz respeito às embalagens dos produtos que se consome. Produtos plásticos, por exemplo, que apresentam como componentes o bisfenol A, presente em garrações de água, mamadeiras e outras embalagens; os ftalatos, presentes em brinquedos infantis, capas de chuva, cortinas de banheiro, pisos de PVC ou vinil, detergentes, embalagens de alimentos, xampus; o ácido perfluorooctanóico, presente em água encanada, painéis e utensílios com camada antiaderente; os éteres decabromodifenil, presentes em produtos eletrônicos, móveis, carpetes, todos representam risco de doenças variadas, como disfunções hormonais, vários tipos de câncer, problemas no aparelho reprodutor, déficit de aprendizagem e memória. Dois outros produtos, a oxibenzona e o parabeno, utilizados em produtos cosméticos, como protetores solares, protetores labiais, hidratantes e creme de barbear, representam risco de disfunção hormonal. O flúoreto, presente nas pastas de dente e água encanada, também representa risco de câncer e é neurotóxico.<sup>6</sup>

Todos esses componentes significam risco para a vida, para a saúde dos indivíduos, e isso faz com que se passe a refletir a respeito dos hábitos alimentares, das condutas em relação ao próprio corpo e, conseqüentemente, sobre as relações de consumo, de investimento do desejo. A discussão sobre o desenvolvimento sustentável atinge, assim, seu ponto de rebatimento, pois tendo se direcionado para o fora, para o meio ambiente, acaba sendo remetida para a própria vida — já que a economia passou a extrair dos indivíduos suas escolhas e decisões, que orientam, em última instância, sua forma de consumo. E essa forma de consumo parece não ser sustentável, não somente no que se refere ao modelo de sociedade, mas, dentro desse modelo, aos produtos com os quais se aprendeu a conviver com toda a confiança.

5 De acordo com a Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef.

6 Dados da Food and Drug Administration –FDA/EUA.

## Alimentos funcionais, vida funcional

Paralelamente às denúncias sobre a presença desses produtos no mercado, e que afetam negativamente à saúde dos indivíduos, a indústria iniciou, há quase vinte anos, a produção e venda de alimentos ditos funcionais. A *Health Canada*, por exemplo, define como alimento funcional “um similar em aparência ao alimento convencional, que é consumido como parte de uma dieta usual e que possui benefícios fisiológicos e/ou reduz o risco de doenças crônicas, além das funções de nutrição básica, ou seja, eles contêm componentes bioativos”.<sup>7</sup> Além disso, temos os *nutriceuticos*, equivalentes aos medicamentos são “produtos isolados ou purificados de alimentos, geralmente vendido em forma medicinal e que demonstra ter benefícios fisiológicos ou oferece proteção contra doenças crônicas”. Nutriceuticos podem ser extraídos, também, de plantas não alimentícias, como algas marinhas. Muitos nutriceuticos, como óleos de peixe e alimentos funcionais com nutrientes adicionados, têm estado disponíveis há décadas. Atualmente, a biotecnologia tem sido usada para produzir ou selecionar espécimes de plantas ou animais com aumento dos níveis de certos nutrientes ou componentes funcionais. Como afirma o site de uma empresa brasileira do ramo:

Os alimentos funcionais encontram-se em fase de expansão em todo o mundo. São alimentos que, além das funções nutricionais tradicionalmente conhecidas, atuam também na promoção da saúde e na redução de risco de doenças. Com o aumento da prevalência de doenças cardiovasculares e tumores no século XX, houve interesse em estudar as populações onde a prevalência destas enfermidades é baixa. A partir daí, diversos estudos apontaram para a ação benéfica de componentes alimentares, dando origem a uma nova ciência, conhecida hoje como a “ciência dos alimentos funcionais—”. Atualmente, já são largamente consumidos nos Estados Unidos e na Europa. No Japão, mais de cem produtos já se encontram registrados nesta classificação.<sup>8</sup>

Apesar do aparente sucesso desses produtos, como margarinas vitamizadas, barras de cereais e iogurtes com probióticos, a *European Food Safety Authority* mostra que 80% das afirmações de benefícios – chamadas de alegações – não apresentam evidências suficientes de que cumprem o que prometem. A agência europeia vem exigindo que uma relação de causa e efeito seja demonstrada, mas isso levanta dificuldades para as empresas, já que o padrão de dieta de cada indivíduo varia e deve influenciar nos possíveis efeitos dos alimentos.

Nesse cenário que traçamos, nessa discussão sobre os alimentos — e isso do ponto de vista dos componentes tóxicos ou benéficos —, há uma série de questões que podemos colocar e que podem nos ajudar a compreender melhor as novas formas de apropriação da vida que estão em curso. A questão do corpo e da saúde, claro, são as mais evidentes. Mas vejamos o que há de interessante nos alimentos funcionais e nos nutriceuticos.

<sup>7</sup> Health Canada, disponível em: <<http://www.hc-sc.gc.ca/>>

<sup>8</sup> Nutriceutica, disponível em <<http://www.nutriceutica.com.br>>

Primeiro, os alimentos não são mais *standards*, ou estão deixando de sê-lo, como afirma o relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico –OECD.<sup>9</sup> Estamos passando de uma relação igualmente distribuída com os alimentos, ou seja, o iogurte, por exemplo, que era o mesmo para todos, assim como a margarina, os sucos etc., para um iogurte com certos componentes probióticos adicionados e que pode ser melhor para uns e não necessariamente para outros. Ou melhor, no limite, cada indivíduo poderia ter seu próprio iogurte, aquele que lhe é mais adequado do ponto de vista de sua dieta, de sua saúde. Todavia, essa especificidade implica, evidentemente, que cada um saiba o que é melhor para si mesmo. Mas saber o que é melhor para si mesmo, o que isso implica? De onde pode vir esse saber? Da medicina, da moda, da mídia, dos hábitos, dos sonhos? A relação com os alimentos é bem diferente daquela que temos com os remédios, por exemplo, pois nesse caso é possível avaliar, minimamente, a relação de causa e efeito de forma razoável. No caso dos alimentos, o que se tem como objetivo é a manutenção, por um lado, de uma certa condição de bem-estar e, por outro, a promessa de um futuro saudável, de uma vida longa. Manter o bem-estar não se deve, evidentemente, a um único alimento, mas a uma dieta. O futuro saudável é apenas um cenário, preenchido normalmente por uma série de clichês.

Um segundo aspecto importante é em relação à nomenclatura: alimento funcional e nutriceutico. Alimento funcional, claro, refere-se ao fato de que ele, além de suas características gerais, possui uma função específica. Como diz o anúncio da empresa citada, ele atua na promoção da saúde e na redução do risco de doenças. E cada alimento atua no risco de uma doença específica, pois contém elementos específicos (omega 3, antioxidantes, vitamina D etc). Isso deve modificar, evidentemente, nossa relação com os alimentos, em primeiro lugar. Passa-se a perceber um alimento não mais na inocência do prazer, da gula, da satisfação, mas da terapêutica, da prescrição. Passamos a relacionar alimento com anulação ou adiamento de doenças, e também com saúde, claro. Pode-se dizer que manter o corpo são é empurrar as doenças para o futuro mais distante possível. Ou a velhice para o mais longe possível, no caso das promessas de rejuvenescimento. Mas então, se muda nossa relação com os alimentos, deve mudar, também, a relação que temos com nosso próprio corpo, com nossa própria vida cotidiana, com nossa maneira de existir e de ver a existência. E essa forma de ver a si mesmo, também não seria funcional? A vida não se tornaria ela mesma funcional, já que prescritiva, terapêutica? O ato de se alimentar não se tornaria, então, uma terapia? Qual a diferença com o cuidado de si?

## **Sustentabilidade e o governo do futuro**

Um outro aspecto, então, deve ser destacado: a questão do risco e nossa relação com o futuro, ou o que Nikolas Rose tem chamado de “governo do futuro”. Passemos então a algumas questões que Rose coloca sobre esse

<sup>9</sup> RELATORIO OECD, 2009, disponível em: <<http://www.oecd.org/publishing/corrigenda>>



ponto<sup>10</sup>, na introdução de seu texto *Governing the Present*, mas colocando-as no contexto da sustentabilidade. A primeira delas é sobre a governamentalidade. Como e para que fins tantas autoridades legitimadas procuram interferir na vida dos indivíduos em lugares tão diversos como a escola, a casa, o trabalho, a rua, a cidade e também sua saúde, sua vida, seu corpo? Pois é fato que a dobra da sustentabilidade significa um conjunto de intervenções nos hábitos e condutas das crianças nas escolas, já que os currículos passaram a incluir a temática do meio ambiente, da preservação da natureza, a preocupação com a reciclagem etc. E não apenas na escola, mas no trabalho, em empresas que se dizem preocupadas com a sustentabilidade do planeta e que pautam suas ações nessa temática. Há, também, toda uma série de projetos relativos a como ter uma casa sustentável, quais materiais usar, como utilizar a energia etc. Muitas outras instituições se voltam, agora, para os desafios de uma vida sustentável, e isso se refere aos hábitos de consumo e a necessidade de informações sobre a origem dos objetos, dos alimentos, dos produtos de higiene, ou seja, de toda a cadeia que liga nossos desejos aos aspectos mais variados de nossas vidas.

Mas de que maneira esses desejos foram articulados, seja em locais específicos como empresas e organizações, na forma de propostas mais sistematizadas e articuladas ou programas específicos de sustentabilidade, seja num domínio mais abstrato, como as políticas de alimentação, de cuidado de si, veiculadas pela mídia em geral? Que espécie de base de conhecimentos sustenta tais esquemas de intervenção, e onde eles se constroem? Nos domínios da ciência em geral (como os relatórios apresentados nos congressos sobre meio ambiente), da sociologia (como nas discussões sobre uma sociedade que deve se salvar de seus próprios males) ou da economia (como nos diversos relatórios sobre como buscar o lucro sendo sustentável), ou mesmo do senso comum (na forma de um “devemos fazer” que se espalha por todas as nossas ações cotidianas e que é reforçado pela mídia)? Que tipos de instrumentos tornam tais intervenções possíveis? Em que medida eles são um desdobramento de instrumentos já existentes, e em que extensão foram inventados? Por exemplo, a mídia para o senso comum, os relatórios técnicos para as empresas e governos (com estatísticas, cenários futuros), as ações de ONGs de meio ambiente, as pesquisas e projetos de instituições acadêmicas, os programas educativos de governo etc. Que entendimento sobre a população que é influenciada – implícita ou explicitamente – sustenta esses esforços, e como eles moldaram ou remodelaram as maneiras pelas quais esses indivíduos entendem e agem sobre si mesmos?

Mais profundamente, como ressalta Rose, o que significa intervir nas vidas dos indivíduos nas sociedades ditas liberais, ou seja, sociedades que proclamam os limites do Estado e o respeito à privacidade individual? Porque se trata exatamente disso: intervir cotidianamente na vida das pessoas, moldar

<sup>10</sup> Miller, P; Rose, N. *Governing the Present*. Cambridge: Polity. 2008.

seu comportamento, suas escolhas e decisões a respeito de si e dos outros. Como devo agir em relação à água que consumo, à energia que gasto, ao alimento que consumo e como devo cobrar dos outros? Como podemos analisar os programas, as estratégias e as técnicas que emergem no contexto dessa discussão sobre conduta alimentar, por exemplo? Trata-se, evidentemente, de um discurso sobre o futuro: o futuro das próximas gerações, o futuro do planeta, o futuro das empresas etc. De fato, o futuro do capitalismo, pois o grande esforço é no sentido de salvar o maior número possível de aspectos atuais do capitalismo e de modificá-lo apenas gradualmente.

Finalmente, que tipo de levantamento empírico e ferramentas conceituais nos permitiriam compreender essas questões de forma a ampliar nossa capacidade de avaliação de suas consequências, e talvez mesmo para intervir nelas? É preciso se perguntar sobre as relações dos indivíduos consigo mesmos e com os outros, as práticas que foram seu correlato e condição de possibilidade. Como coloca Nikolas Rose, não quem os indivíduos são, mas quem eles pensam que são, o que eles querem ser, as linguagens e normas pelas quais eles julgam a si mesmos e são julgados por outros. Pois não é fato que se criou toda uma linguagem para se falar sobre sustentabilidade socioambiental? E também todo um conjunto de normas? Portanto, para além de se perguntar sobre a eficiência ou não das condutas adotadas em função dos discursos de sustentabilidade, seja em referência ao fora, ao meio ambiente e às condições econômicas da vida social, seja em relação ao corpo, ao capital saúde de cada um, deve-se colocar as condições de construção desses discursos, de seus efeitos sobre as formas de vida que hoje emergem e que se fundam num projeto de governo do futuro de nossas vidas.

\* Rogério da Costa é filósofo. Escreveu sobre cibercultura, inteligência coletiva e redes sociais. Ultimamente vem se interessando pelos processos de colaboração e de gestão dos coletivos à luz da biopolítica. Tem ativa interlocução com Nikolas Rose na London School, e se debruça agora sobre os processos de regulação das condutas da vida, tema sobre o qual está finalizando um livro. É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.